



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 663 DE 26 DE JANEIRO DE 2026

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0, CONFORME A PORTARIA MDR Nº 260/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO, Estado de Alagoas, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 8º-A da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- I – a ocorrência de estiagem prolongada, iniciada no segundo semestre de 2025, afetando todo o território da zona rural e parte da zona urbana do Município de Olho d'Água do Casado/AL;
- II – que, em decorrência do referido evento, houve escassez de água potável para consumo humano e dessedentação animal, comprometendo as condições de vida da população atingida;
- III – que a fundamentação deste ato consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, favorável à declaração de Situação de Emergência, nos termos do art. 9º, inciso IV, da Portaria MDR nº 260, de 02 de **fevereiro de 2022**;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas rural e em parte da zona urbana do Município de Olho d'Água do Casado/AL, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE, em virtude do desastre classificado como estiagem – COBRADE 1.4.1.1.0, de nível II.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de prestar assistência à população afetada.



Art. 4º Nos termos dos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, ficam autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, em caso de risco iminente, a:

- I – adentrar em residências para prestar socorro ou determinar evacuação emergencial;
- II – utilizar propriedade particular, em caso de perigo público iminente, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. O agente público que se omitir injustificadamente de suas atribuições responderá nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, poderão ser iniciados processos de desapropriação por utilidade pública de propriedades comprovadamente localizadas em áreas de risco, quando tecnicamente justificado.

Art. 6º Com fundamento no **art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, é dispensável a licitação nos casos de emergência, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, restrita às contratações estritamente necessárias ao atendimento da situação emergencial.

Art. 7º Este Decreto terá vigência pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Olho d'Água do Casado /AL, 26 de janeiro de 2026.

CARLOS ALBERTO BEZERRA DA SILVA

Prefeito

Addonys José Palmeira dos Santos

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Decreto registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro de 2026.